

Economia - BRASIL

Meta de superávit primário já foi atingida

Acordo com FMI previa R\$ 34,5 bilhões no semestre; o balanço de janeiro a maio registra R\$ 36,98 bi

SHEILA D'AMORIM

BRASÍLIA - Em cinco meses de forte ajuste fiscal, União, Estados, municípios e estatais já conseguiram economizar R\$ 2,480 bilhões a mais do que o acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No acordo firmado no fim de 2002, o governo comprometeu-se a alcançar um superávit primário do setor público de R\$ 34,5 bilhões no primeiro semestre deste ano. A contabilização de receitas e despesas de janeiro a maio (sem incluir gastos com juros sobre a dívida) registrou superávit de R\$ 36,980 bilhões.

A folga acumulada, segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Altamir Lopes, garantirá mais investimentos do governo a partir de agora, especialmente na área social. "O objetivo é cumprir a meta acertada. Não se imagina fechar o ano com uma folga tão grande em relação à meta." O segundo semestre, tradicionalmente, registra despesas maiores do setor público. Nos cinco primeiros meses do ano, o superávit corresponde a 5,73% do Produto Interno Bruto (PIB) e a meta acertada é alcançar em dezembro 4,25% no acumulado do ano.

Desde a assinatura do primeiro acordo, em 1998, o País vem cumprindo com folga metas cada vez maiores. Em maio de 2000, a meta do semestre já estava cumprida com folga de R\$ 5,7 bilhões; em 2001, a economia além do necessário foi de R\$ 5,5 bilhões. Em 2002, mesmo com o caixa reforçado pelo pagamento de impostos atrasados dos fundos de pensão, a meta não foi cumprida antecipadamente.

Neste ano, a situação foi inversa. Sem receitas extraordinárias, o governo registra antecipadamente superávit acima da meta do semestre. Para o chefe do Depec, por ser início de governo, era natural que



o setor público segurasse gastos nos primeiros meses, até as autoridades se inteirarem da situação.

Em maio, especificamente, o superávit primário registrado pelo setor público foi de R\$ 4,297 bilhões – menos da metade dos R\$ 9,8 bilhões de abril. Só o

governo segurasse gastos nos primeiros meses, até as autoridades se inteirarem da situação.

Em maio, especificamente, o superávit primário registrado pelo setor público foi de R\$ 4,297 bilhões – menos da metade dos R\$ 9,8 bi-

lhões de abril. Só o governo central (Tesouro, INSS e BC) teve superávit de R\$ 3,4 bilhões – em abril, foram R\$ 10,3 bilhões. da queda de receita de R\$ 2,7 bilhão pelo número menor de dias úteis, diz Lopes, o governo

SEGUNDO SEMESTRE TERÁ DESPESAS MAIORES

não teve em maio um pagamento de royalties tão forte como em abril, e os gastos aumentaram em R\$ 800 milhões. A maior parte disso se deu por causa do impacto do reajuste do salário mínimo nas des-

pesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador com seguro desemprego, e aumento dos gastos com pessoal.

Os Estados registraram superávit primário de R\$ 1,7 bilhão em maio, e os municípios, R\$ 106 milhões. Já as estatais federais tive-

ram déficit de R\$ 1,2 bilhão, por causa do pagamento de dividendos, explicou Lopes. Só a Petrobras pagou R\$ 1,7 bilhão de dividendos.

O superávit primário de maio não foi suficiente para cobrir as despesas

com juros e encargos financeiros que incidem sobre a dívida e somou R\$ 14,1 bilhões – quase o dobro de abril, por causa da desvalorização do real ante o dólar, que elevou a dívida pública.